

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Programa de Integridade	9
5.5 - Alterações significativas	12
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	13

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	14
10.2 - Resultado operacional e financeiro	35
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	36
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	37
10.5 - Políticas contábeis críticas	38
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	39
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	40
10.8 - Plano de Negócios	41
10.9 - Outros fatores com influência relevante	43

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

Em 15 de outubro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Gerenciamento de Riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos"), aplicável à todas as áreas da Companhia.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos visa estabelecer e divulgar princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos na Companhia, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar o atendimento aos seus objetivos.

O processo de gerenciamento de riscos é baseado (mas não se limita) no COSO-ERM e integrado às metas e objetivos estratégicos de negócios da Companhia. Ao adotar tais procedimentos, a Companhia espera os seguintes benefícios: (i) consolidar os princípios e diretrizes a serem seguidos em todas as atividades associadas ao gerenciamento de riscos; (ii) mensurar riscos e oportunidades para auxiliar na prevenção de crises e problemas; (iii) garantir maior transparência em relação aos riscos que a Companhia está sujeita e estratégias de mitigação; (iv) difundir a cultura de gestão de riscos em todos os níveis da Companhia; (v) elevar o nível de maturidade em gestão de riscos da Companhia; (vi) tomar de decisões de negócio mais consistente; e (vii) contribuir para a busca da excelência na gestão empresarial.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos no item 4.1. deste Formulário de Referência e busca proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa impactar suas atividades e operações de forma negativa. Esses riscos são categorizados em quatro grupos de natureza distintas, considerando fatores internos e externos:

- Riscos Estratégicos: são aqueles associados à estratégia da Companhia na busca de criação, proteção e crescimento de valor. São causados por mudanças no ambiente externo, tais como político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade de recursos, inovações e portfólio de produtos e/ou serviços.
- Riscos Operacionais: são aqueles decorrentes da inadequação ou falha na gestão de processos internos e pessoas que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia e estão associados tanto à operação do negócio como, por exemplo, marketing, vendas, comercial; quanto à gestão de áreas de suporte ao negócio, como contabilidade, controladoria, controles, suprimentos, saúde e segurança do trabalho, meio ambiente e relações sindicais.
- Riscos Tecnológicos: é a possibilidade de uma determinada ameaça explorar vulnerabilidades de um ativo ou um conjunto de ativos, impactando na confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.
- Riscos de Conformidade: são os riscos de imposição de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado do descumprimento de leis, acordos, regulamentos, do Código de Ética e Conduta e das políticas e procedimentos internos. Incluem os riscos de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos, de corrupção e de crimes cibernéticos.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

Após a identificação dos riscos e a classificação nas categorias descritas no item 5.1(b)(i) acima, a Companhia realiza a sua avaliação. Esta etapa contempla o cálculo do impacto e da probabilidade de ocorrência dos riscos. Um dos elementos utilizados nesta avaliação é a matriz SWOT, que indica as principais ameaças, fraquezas, fortalezas e oportunidades que podem impactar as atividades da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Após a avaliação, a Companhia prioriza e define o limite de cada risco, classificando-os de acordo com os seguintes parâmetros:

- **Risco Inaceitável:** riscos são inaceitáveis e demandam ação gerencial prioritária para eliminar o componente de risco ou reduzir sua severidade e/ou frequência.
- **Risco Inesperado:** riscos inesperados, com alto impacto e baixa frequência. Riscos devem ser quantificados e monitorados regularmente para direcionar continuamente as estratégias de mitigação e/ou planos de contingência. O objetivo é estar preparado caso o evento venha a acontecer.
- **Risco Provável:** riscos de menor criticidade devido ao menor nível de impacto no valor do negócio – foco deve ser o de definir níveis aceitáveis de perda por eventos e limites de competência que evitem que o nível de impacto suba ao longo do tempo. Tratamento sujeito à viabilidade de contratação de seguros como resposta a estes riscos.
- **Risco Aceitável:** Riscos de baixo impacto e frequência, não havendo necessidade de monitoramento contínuo.

Após a definição do limite de risco, a Companhia formula uma resposta adequada ao risco, de acordo com sua criticidade. As opções compreendem:

- **Eliminar:** eliminar totalmente o risco, protegendo os objetivos da Companhia e dos impactos associados ao risco.
- **Transferir:** transferir o risco a terceiros por meio de contratos de seguros, terceirização de operações e atividades.
- **Reduzir/Gerir:** reduzir parcialmente a exposição ou adotar ações pontuais visando minimizar potenciais impactos.
- **Aceitar:** assumir os impactos potenciais do risco e respectivas oportunidades.

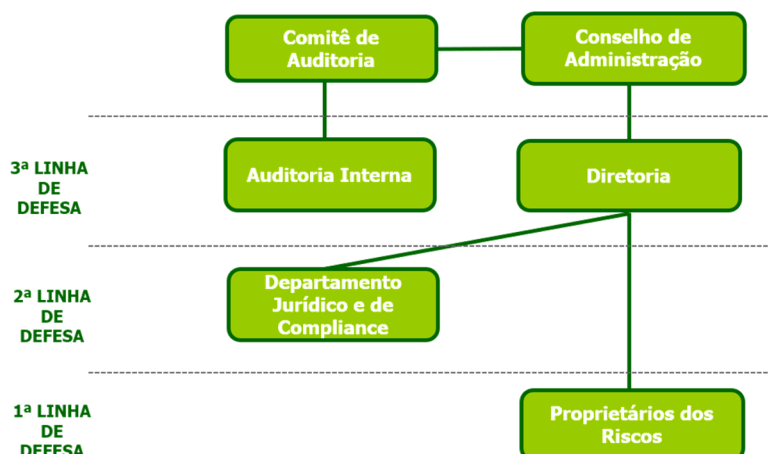
O processo de gerenciamento de risco da Companhia também inclui: (i) atividades de controle, que compreendem normas e procedimentos elaborados para assegurar que as diretrizes e os objetivos definidos pela Companhia para minimizar ou eliminar seus riscos sejam cumpridos; e (ii) plano de ação, que representam o conjunto de iniciativas definidas e implantadas pelo proprietário/responsável do risco a fim de adequar as exposições aos limites aprovados.

Por fim, o processo de gerenciamento de riscos prevê o monitoramento constante dos riscos para avaliação de sua qualidade, atualização e implementação de novos controles.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

As seguintes estruturas organizacionais da Companhia estão diretamente envolvidas no controle de gerenciamento de riscos: (i) Conselho de Administração; (ii) Comitê de Auditoria; (iii) Diretoria; (iv) Área de Auditoria Interna; (v) Departamento Jurídico e de Compliance; e (vi) Proprietários dos Riscos (integrantes das áreas de negócios).

O gerenciamento de riscos segue o modelo de três linhas de defesa do COSO-ERM, conforme disposto no organograma abaixo:



5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Nesse contexto, compete ao Conselho de Administração:

- (i) definir os objetivos estratégicos da Companhia, que nortearão o trabalho de identificação dos riscos;
- (ii) acompanhar as ações de gerenciamento dos riscos conforme direcionamento de negócios da Companhia;
- (iii) determinar o apetite e tolerância aos riscos;
- (iv) aprovar as políticas e diretrizes de risco, limites de exposição e impactos propostos;
- (v) fornecer, periodicamente, sua percepção do grau de exposição a riscos que a Companhia está exposta (visão do acionista) e influenciar na priorização dos riscos a serem tratados;
- (vi) avaliar em pauta prévia, mudanças ou atualizações e cada risco, cujos limites já tenham sido aprovados; e
- (vii) disponibilizar e alocar os recursos necessários para gerenciamento de risco.

Compete ao Comitê de Auditoria, além do previsto em seu regimento específico:

- (i) recomendar a inclusão, avaliação e priorização na matriz de riscos da Companhia;
- (ii) recomendar ao Conselho de Administração da Companhia na avaliação de políticas, limites e planos de ação;
- (iii) acompanhar ações de implementação de planos de ação mitigatórios;
- (iv) reportar suas conclusões ao Conselho de Administração;
- (v) acompanhar e estimular o desenvolvimento de estruturas e mecanismos de proteção de riscos;
- (vi) propor alterações na Política de Gerenciamento de Riscos e submetê-las ao Conselho de Administração;
- (vii) monitorar o cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos e avaliar a performance frente aos limites de risco aprovados; e
- (viii) avaliar a efetividade do modelo de gestão de riscos e sugerir aprimoramentos no processo, apontando as causas e responsabilidades.

Compete à Diretoria:

- (i) atualizar a matriz de riscos sempre que ocorrer a revisão do plano estratégico e tempestivamente com o surgimento de fatores de risco emergentes;
- (ii) estabelecer priorização dos riscos a partir do impacto e probabilidade;
- (iii) avaliar e tomar decisões em relação a exposição aos riscos (impacto e probabilidade) e aos limites apresentados pelos proprietários dos riscos e recomendar ações de respostas;
- (iv) acompanhar periodicamente a evolução da exposição aos riscos considerando os limites aprovados pelo Conselho de Administração;
- (v) adotar riscos avaliados como ferramenta de orientação da revisão ou construção do plano estratégico; e
- (vi) disseminar a cultura da gestão de risco em toda Companhia.

Compete à Auditoria Interna própria, cujas atividades são reportadas ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria:

- (i) avaliar a confiança das informações, revisar a efetividade e a eficiência das operações, salvaguardar os ativos assegurando o cumprimento das leis, regulamentos e contratos;
- (ii) examinar o sistema de controles internos provendo à administração uma avaliação sobre sua efetividade; e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- (iii) assessorar a Diretoria e o Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, monitorando, examinando, avaliando, informando e recomendando melhorias de adequação no ambiente interno.

Compete ao Departamento Jurídico e de Compliance, responsável pelas funções de compliance, controles internos e riscos corporativos na Companhia, e cujos membros não desempenham atividades operacionais:

- (i) mapear processos e auxiliar na identificação dos riscos, além de garantir os respectivos controles para mitigar os riscos identificados;
- (ii) acompanhar e sugerir melhorias de controles internos nas áreas operacionais; e
- (iii) reportar inconsistência ou desatualização de desenhos de fluxos de processos, normas e procedimentos cujas alterações podem agravar o ambiente de controles.

Compete aos Proprietários dos Riscos (integrantes das áreas de negócios):

- (i) identificar os fatores de riscos e indicadores para a mensuração e monitoramento dos riscos;
- (ii) fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para análise;
- (iii) apresentar percepção quanto à exposição ao risco;
- (iv) sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao risco sob sua responsabilidade;
- (v) cumprir os limites de riscos aprovados pelo Conselho de Administração;
- (vi) comunicar, tempestivamente, os eventos de risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas; e
- (vii) dar cumprimento ao plano de ação.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

A Companhia acredita que consegue monitorar os riscos inerentes aos seus negócios de maneira eficaz, exercendo a priorização das atividades de avaliação de riscos, através de tarefas exercidas pelo Conselho de Administração, pelo Comitê de Auditoria, pela Diretoria, pela área de Auditoria Interna, pelo Departamento Jurídico e de Compliance, e pelos proprietários dos riscos. A Companhia acredita, ainda, que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são gerenciados internamente pela Área de Crédito e Cobrança que se reporta à Diretoria Financeira e pelo Departamento de Originação que se reporta à Diretoria de Produção. Entretanto, não há uma política específica que trata do gerenciamento de riscos de mercado formalizada, uma vez que a Companhia adota práticas que entende suficientes para gerenciamento de seus riscos de mercado.

Adicionalmente, aplica-se ao gerenciamento de tais riscos a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, no que couber. A Companhia aprovou referida política, em 15 de outubro de 2020, por meio de reunião do Conselho de Administração.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

As diretrizes e práticas de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. A tomada de decisão frente ao risco de liquidez, risco de taxa de juros e risco de preço de commodities oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante.

(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os riscos para os quais a Companhia busca proteção estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual a Companhia está exposta e que possa impactar negativamente o alcance dos objetivos e de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico de longo prazo. Dentre tais riscos, estão incluídos os riscos mencionados no item 4.2 deste Formulário de Referência, quais sejam, os riscos de liquidez, de taxa de juros e de preço de commodities.

Com relação aos riscos de mercado são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da movimentação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia, considerando, inclusive, os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos preços de mercadorias (commodities). Entre os riscos de mercado, incluem-se a elevação das taxas de juros, que podem impactar não somente o custo de captação de novos empréstimos pela Companhia, como também o custo de seu endividamento atual, vindo a causar aumento de suas despesas financeiras.

Cabe à Área de Crédito e Cobrança e à Área de Originação, conforme o caso, que se reportam à Diretoria da Companhia a função de gestão e identificação aos riscos de mercado que a Companhia está exposta.

(ii) estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Tradicionalmente, a Companhia não utiliza de *hedge* da matéria prima para a produção de sementes. No mesmo período em que são realizadas as vendas aos clientes Companhia, também ocorre a compra de matéria prima junto aos produtores integrados. Dessa forma, a Companhia minimiza, consideravelmente, sua exposição à flutuação do preço das *commodities*. Eventualmente, na impossibilidade de aquisição da matéria-prima, a Companhia se vale de instrumentos financeiros derivativos para mitigação de variação. Ademais, em sua operação, a Companhia adota a política de não contrair empréstimos em dólar, tendo em vista a grande flutuação do câmbio nos últimos anos, reduzindo, consideravelmente, a necessidade por um hedge cambial.

(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia se utiliza de instrumentos para proteção patrimonial (hedge), tais como contratos futuros com liquidação financeira (non-deliverable forwards) e liquidação física e opções atrelados ao preço da soja.

(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentre os quais (a) risco de liquidez, (b) risco de taxa de juros, e (c) risco de preço de *commodities*.

Com relação ao risco de liquidez, não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes

Para o risco de taxa de juros a Companhia tem por política pactuar operações com taxas de juros pré-fixadas, portanto não há parâmetros objetivos de exposição fixados no momento.

Com relação ao risco de preço de *commodities*, a Companhia suporta variações positivas ou negativas de preços de até 10%. Variações fora dessa faixa são consideradas exposições para as quais a Companhia deve contratar instrumentos de proteção patrimonial.

(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia opera com instrumentos financeiros com o único propósito de proteção patrimonial e previsibilidade do Fluxo de Caixa.

A administração destes riscos é efetuada por meio das estratégias operacionais e dos seus controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança das operações da Companhia, sendo aplicável ao gerenciamento de tais riscos a Política de Gerenciamento de Riscos, no que couber, incluindo a estrutura responsável pelo controle, conforme descrito no item 5.1 deste Formulário de Referência.

(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de mapeamento de riscos financeiros de mercado é composta hierarquicamente pela Área de Crédito e Cobrança que se reporta diretamente à Diretoria Financeira.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura operacional de controle interno está adequada. A Companhia considera que a sua estrutura operacional possibilita a prevenção e detecção de fraudes e erros, com o objetivo de mitigar os riscos inerentes ao negócio que desenvolve por meio da participação efetiva da Auditoria Interna e de sua Diretoria.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia busca a melhoria contínua de sua estrutura de governança corporativa e o aprimoramento de seus controles internos, que têm o objetivo de fornecer garantia razoável quanto à confiabilidade das informações financeiras e à preparação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Objetivando assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota práticas e controles internos que garantem a transparência e a confiabilidade de suas demonstrações financeiras. Como exemplos das práticas e controles internos adotados pela Companhia, podemos citar:

- 1) Utilização do sistema SAP, que permite uma gestão eficiente de todas as suas atividades operacionais e gerenciais, com foco em um desempenho equilibrado nos processos corporativos;
- 2) Reconciliação das contas contábeis;
- 3) Processos mensais de fechamento contábil;
- 4) Adoção de sistemas de aprovação por alçada; e
- 5) Segregação de funções e aprovação de pagamentos por mais de uma pessoa.

Por esse motivo, a Companhia entende que os controles internos adotados são adequados ao tipo de atividade e o volume de transações que realiza, e asseguram a confiabilidade e precisão das informações constantes de suas demonstrações financeiras.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

O acompanhamento das principais práticas de controles internos adotadas pela Companhia para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis fica a cargo dos seguintes órgãos, cujas responsabilidades específicas para este processo estão destacadas abaixo:

- **Departamento de Contabilidade:** responsável por realizar o levantamento de dados no sistema SAP e enviar os relatórios de fechamento para o Departamento de Controladoria;
- **Departamento de Controladoria:** responsável por validar os relatórios de fechamento e gerenciar as demonstrações financeiras e contábeis;
- **Departamento Jurídico e de Compliance:** responsável por acompanhar e sugerir melhorias de controles internos nas áreas operacionais, e por reportar inconsistência ou desatualização de desenhos de fluxos de processos, normas e procedimentos cujas alterações podem agravar o ambiente de controles; e
- **Diretoria Administrativa e Financeira:** responsável pela revisão e validação do relatório de demonstrações financeiras, após a validação técnica pelos Departamentos de Contabilidade e Controladoria.

Além disso, no contexto da abertura de capital, a Companhia instituiu o seu Comitê de Auditoria, órgão colegiado de funcionamento permanente, vinculado ao Conselho de Administração, que avalia a independência, a qualidade e a efetividade dos serviços prestados pelos auditores independentes, dispondo de autonomia operacional e dotação orçamentária para o desempenho de suas funções.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Em atendimento ao Regulamento do Novo Mercado, a Companhia também instituiu uma Área de Auditoria Interna, que será responsável por submeter para revisão e aprovação do Comitê de Auditoria, pelo menos anualmente, um plano de auditoria interna. O plano de auditoria interna será composto de um cronograma de trabalho para o ano fiscal/calendário seguinte, utilizando metodologia baseada em riscos.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O Comitê de Auditoria da Companhia é responsável por supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes.

Conforme o disposto no item 3.2.2 do seu Regimento Interno, na execução de suas responsabilidades, o Comitê de Auditoria mantém relacionamento efetivo com o Conselho de Administração, a Diretoria, as auditorias interna e independente e, quando instalado, com o Conselho Fiscal da Companhia.

Dentre as atribuições do Comitê de Auditoria, visando a garantir a eficiência dos controles internos, estão: (i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (ii) supervisionar as atividades da auditoria independente; (iii) avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iv) acompanhar as atividades da auditoria interna e de controles internos da Companhia (função exercida pelo Departamento Jurídico e de Compliance); (v) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos; (vi) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política para Transação com Partes Relacionadas; e (vii) receber e tratar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive estabelecer procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; e (viii) aprovar um cronograma de atividades para o exercício social correspondente.

Além disso, conforme mencionado no item 5.3(b) acima, a Diretoria Administrativa e Financeira participa do processo de revisão e validação do relatório de demonstrações financeiras, após os trabalhos desempenhados pelos Departamentos de Contabilidade e Controladoria.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Nos termos do Ofício Circular/CVM/SNC/GNA/nº01/2019, item 7, os auditores independentes têm um prazo de até 60 dias contados da data de emissão do relatório do auditor para emitir o relatório circunstanciado mencionado nesse item. Por essa razão, a Companhia informa que está em processo de obtenção da versão final e emitida da carta, observados os prazos legais. No prazo legal, a Companhia fará a devida divulgação por meio deste item.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os diretores apresentarão seus comentários tão logo o relatório circunstanciado de nossos auditores independentes seja emitido, conforme descrito no item “d” acima.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

No contexto da abertura de capital, a Companhia elaborou Código de Ética e Conduta (“Código de Ética”) visando reforçar seu compromisso com a disseminação de uma cultura de integridade e a constante promoção de um ambiente corporativo transparente e ético. O Código de Ética trata, entre outras matérias, sobre as regras de conduta em relação à Administração Pública.

O Código de Ética, aprovado pelo Conselho de Administração em 15 de outubro de 2020, define a missão, visão, princípios e valores da Companhia e aborda, dentre outros, tópicos como: (i) o cumprimento de leis e regulamentos, com normas específicas sobre o combate à corrupção; (ii) segurança da informação; (iii) conflito de interesses; (iv) relacionamento com a sociedade e o meio ambiente; e (v) medidas disciplinares aplicáveis aos casos de violação.

Além disso, os riscos relacionados a integridade são analisados periodicamente como parte do Risco de Conformidade (conforme item 5.1(b)(i) acima).

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As seguintes estruturas organizacionais estão envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos de integridade: (i) Conselho de Administração; (ii) Comitê de Auditoria; (iii) Diretoria; e (iv) Departamento Jurídico e de Compliance.

- Compete ao **Conselho de Administração** aprovar as políticas, diretrizes e procedimentos de integridade;
- Compete ao **Comitê de Auditoria**: (a) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia; e (b) receber reportes periódicos do Departamento Jurídico e de Compliance sobre as denúncias recebidas através do Canal de Ética e as investigações conduzidas, deliberando sobre as medidas disciplinares aplicadas aos casos de descumprimento, quando necessário;
- Compete à **Diretoria** promover elevados padrões éticos e de integridade na Companhia e de uma cultura organizacional que demonstre e enfatize, a todos os colaboradores, a importância dos procedimentos de integridade e o papel de cada um no processo; e
- Compete ao **Departamento Jurídico e de Compliance**, dentre outros:
 - Tomar as medidas necessárias para garantir a aplicação e divulgação do Código de Ética e, inclusive, fiscalizar e avaliar o seu cumprimento e eficácia;
 - Propor novas normas ou políticas relacionadas ao programa de integridade ou a revisão das já existentes;
 - Avaliar a concessão de brindes, presentes, hospitalidades ou entretenimento acima dos limites estabelecidos no Código de Ética;
 - Conduzir treinamentos periódicos acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos no Código de Ética; e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- Apurar e tratar as comunicações recebidas através do Canal de Ética, garantindo o anonimato do denunciante e práticas de não retaliação, encaminhando suas conclusões ao Comitê de Auditoria para a determinação das medidas disciplinares aplicáveis.

É assegurado ao Departamento Jurídico e de Compliance a autonomia, imparcialidade e autoridade para exercer suas atribuições. Para tanto, a instância conta com recursos materiais, humanos e financeiros suficientes e possibilidade de reporte ao mais alto nível hierárquico da Companhia, quando necessário.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

O Código de Ética da Companhia foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de outubro de 2020.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Ética é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, independentemente do seu nível hierárquico, incluindo membros de conselhos e comitês, diretores, gerentes, funcionários, estagiários e aprendizes.

Além disso, o Código de Ética orienta os colaboradores da Companhia a, sempre que possível, transmitirem os princípios e normas ali contidos para terceiros, inclusive fornecedores, prestadores de serviço, parceiros, clientes, intermediários, representantes ou demais terceiros contratados pela Companhia ou qualquer outra pessoa, entidade ou autoridade com quem a Companhia se relacione.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

A Companhia implementará, por meio do Departamento Jurídico e de Compliance, um plano de treinamentos, de periodicidade mínima anual, a todos os seus colaboradores, para qualificação e conscientização acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos no Código de Ética. O comparecimento aos treinamentos será obrigatório e a presença será controlada através de meios adequados.

Além disso, no momento da contratação, os colaboradores da Companhia recebem uma cópia do Código de Ética e assinam o Termo de Ciência e Comprometimento, anexo ao documento, pelo qual declaram que irão cumprir fielmente o seu conteúdo.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Qualquer colaborador que violar as previsões do Código de Ética, das demais políticas e procedimentos da Companhia, ou a legislação aplicável, estará sujeito a aplicação das seguintes medidas disciplinares: (i) advertência oral e/ou escrita; (ii) suspensão; e (iii) rompimento do contrato de trabalho (com ou sem justa causa); (iv) tomada de medidas legais relacionadas à restituição dos danos; e (v) quando for o caso, comunicação dos fatos às autoridades competentes.

Caso as violações tenham sido praticadas por terceiros, a Companhia poderá determinar as medidas contratuais cabíveis, incluindo o eventual encerramento do relacionamento profissional, além de se resguardar ao direito de buscar eventuais medidas judiciais cabíveis contra os envolvidos.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de outubro de 2020 e pode ser consultado nos seguintes endereços eletrônicos: www.cvm.gov.br e www.ri.boasafraseementes.com.br.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia possui um canal de denúncias, intitulado Canal de Ética, por meio do qual todos os colaboradores e terceiros podem reportar dúvidas, suspeitas ou violações ao Código de Ética, às demais políticas e procedimentos adotados pela Companhia ou a qualquer lei ou regulamento a ela aplicável.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Ética da Companhia é gerido por empresa independente.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Ética está aberto para o recebimento de denúncias de colaboradores e terceiros, de forma gratuita, pelos seguintes meios:

- Website: www.contatoseguro.com.br/boasafra
- Telefone: 0800 900-9292

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

O Canal de Ética assegura a confidencialidade das informações recebidas e possibilita o anonimato daqueles que preferiram não se identificar.

Nos termos do seu Código de Ética, a Companhia não tolera qualquer forma de retaliação contra o denunciante que tenha feito uma comunicação de boa-fé, ainda que ao final seja considerada improcedente. Eventual retaliação é considerada uma violação ao Código de Ética, sujeitando os infratores às medidas disciplinares cabíveis.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

O Departamento Jurídico e de Compliance é responsável pelo recebimento, avaliação e tratamento das denúncias recebidas através do Canal de Ética. Após as apurações necessárias, o Departamento Jurídico e de Compliance reporta os resultados ao Comitê de Auditoria que, por sua vez, é o responsável por determinar as medidas disciplinares aplicáveis a cada caso, se necessário.

(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Nos termos do item 4.15 do seu Código de Ética, quaisquer aquisições ou fusões serão precedidas de *due diligence* por profissionais qualificados. O procedimento tem por objetivo detectar eventuais vulnerabilidades, incluindo histórico de prática de atos lesivos previstos na Lei Anticorrupção e outros ilícitos relacionados a corrupção e fraude a licitações e contratos administrativos.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos riscos identificados pela Companhia. Além disso, no contexto da abertura de capital, a Companhia elaborou e formalizou seu Código de Ética e sua Política de Gerenciamento de Riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não há outras informações relevantes com relação a este item 5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência são derivadas das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, sendo que as demonstrações financeiras anuais foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Os Diretores entendem que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios. Ao longo dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Companhia melhorou os indicadores financeiros, conforme apresentado abaixo, e esta melhora também se manteve no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

No ano de 2019 apresentamos um lucro líquido de R\$ 26,7 milhões (mesmo havendo tido nos nove primeiros meses de 2019 prejuízo de (R\$ 5,2) milhões). Em 2020 nos nove primeiros meses do ano apresentamos um lucro líquido de R\$ 31,5 milhões.

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia apresentou um EBITDA de R\$ 60.468 mil e de R\$ 45.477 mil, de R\$ 12.340 mil e de R\$ (1.431) mil em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 respectivamente. A Margem EBITDA foi de 16,97% em 30 de setembro de 2020 foi de 11,22%, 3,96% e (0,68)% em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente.

As métricas de lucro líquido e o crescimento do EBITDA e da Margem EBITDA apresentada reforçam a melhora significativa de desempenho da Companhia alcançadas através de ganho de escala e melhor posicionamento tanto na venda como na compra.

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia apresentou uma dívida bruta de R\$ 203.156 mil, sendo que o mesmo indicador era de R\$ 21.030 mil, R\$ 9.425 mil e R\$ 517 mil em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente.

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia apresentou uma dívida líquida/patrimônio líquido de 1,54, 2,19, 5,03 e 2,20 em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente.

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia apresentou uma dívida líquida/EBTIDA de 1,84 e de 1,98, 5,88 e (8,71) em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente.

Os indicadores acima são considerados bons indicativos de desempenho pelos Diretores da Companhia, especialmente considerando o crescimento consistente nos últimos exercícios.

(b) Estrutura de Capital

Os Diretores acreditam que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	Período de nove meses encerrado em	Exercício social findo em 31 de dezembro de
-----------------------------	------------------------------------	---

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	30/09/2020	2019	2018	2017
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	366.478	162.633	114.723	57.317
Capital próprio (patrimônio líquido)	72.523	41.005	14.341	5.627
Capital total (terceiros + próprio)	439.001	203.638	129.064	62.944
Parcela de capital de terceiros	83,47%	79,86%	88,88%	91,06%
Parcela de capital próprio	16,53%	20,14%	11,12%	8,94%

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía R\$ 203.156 mil de financiamentos e empréstimos contratados, sendo que R\$156.670 mil classificados como circulante (ou seja, devidos no curto prazo). Na mesma data a Companhia possuía R\$91.827 mil em caixa e equivalentes de caixa.

O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, as principais fontes de financiamento da Companhia foram endividamentos bancários de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios e capital de giro, (ii) desembolso de capital, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento. No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas**(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Apresentamos abaixo os contratos de empréstimo e financiamento da Companhia e os respectivos saldos em 30 de setembro de 2020:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

1. Cédula de Crédito Comercial nº 40/07000-X com o Banco do Brasil S.A., datado de 02 de abril de 2015, no valor de R\$148.200,00 e com vencimento em 01 de abril de 2026, com garantia de alienação fiduciária de balança rodoviária "full eletronic", modelo SBR 2402 e número de série AS 8546, no montante global de R\$156.000,00, de propriedade da Companhia. Os juros remuneratórios são de 8,24% ao ano. Em 30 de setembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$82.745,00.
2. Cédula de Crédito Bancário nº 338.202.828 com Banco do Brasil S.A., datado de 26 de dezembro de 2018, no valor de R\$319.480,00 e com vencimento em 01 de janeiro de 2025, com garantia de alienação fiduciária dos seguintes bens (i) um sistema de automação Boa Safra-2, fabricado pela IBS Tecnologia EIRELI-EPP, no valor de R\$98.000,00; (ii) uma carreta de combate a incêndio, com capacidade de 10.500 Litros, modelo CARTBB 105 00 TD e número de série 10.37.422, no valor de R\$49.000,00; e (iii) uma balança rodoviária metálica, modelo M3132S3P1C0 e número de série SA9721, no valor de R\$210.000,00. Os juros remuneratórios são calculados com base na Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais. Em 30 de setembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$319.480,00.
3. Cédula de Crédito Bancário nº 338.202.872 com Banco do Brasil S.A., datado de 19 de março de 2019, no valor de R\$2.200.000,00 e com vencimento em 01 de abril de dezembro de 2025, com garantia de alienação fiduciária de bens que totalizam um montante de R\$2.500.000,00. Os juros remuneratórios são calculados com base na Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais. Em 30 de setembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$1.876.753,23.
4. Cédula de Crédito Comercial nº 40/06982-6 com Banco do Brasil S.A., datado de 26 de março de 2015, no valor de R\$148.200,00 e com vencimento em 01 de março de 2025, com garantia de alienação fiduciária de balança rodoviária "full eletronic", modelo SBR 2402 e nº de série AS 8547, no valor de R\$156.000,00. Os juros remuneratórios são de 8,24% ao ano. Em 30 de setembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$74.099,00.
5. Contrato de Abertura de Crédito Fixo nº 40/08653-4 firmado com o Banco do Brasil S.A., datado de 07 de março de 2017, no valor de R\$2.090.115,00 e com vencimento em 01 de fevereiro de 2027, sem garantia. Os juros remuneratórios são de 11,76% ao ano. Em 30 de setembro de 2020 o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$1.962.668,96.
6. Cédula de Crédito Bancário nº 338.202.687 com o Banco do Brasil S.A., assinado em 27 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 11.747.112,00 e com vencimento em 01 de dezembro de 2029. Os juros remuneratórios são de 11,26% ao ano, com garantia de (i) alienação fiduciária de bens móveis e (ii) hipoteca censual de primeiro grau dos imóveis objeto das matrículas nº 10.194 e nº 10.196, ambas do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Buritis/MG e de propriedade, respectivamente, de Marino Stefani Colpo e Camila Stefani Colpo. Em 30 de setembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$8.666.078,48.
7. Cédula de Crédito Bancário nº 20/00002-2 com o Banco do Brasil S.A., datado de 05 de agosto de 2020, no valor de R\$ 26.000.000,00 e com vencimento em 02 de janeiro de 2021, com garantia de penhor censual de primeiro grau de 21.450.413,00 quilos de soja em grãos, no valor total de R\$37.180.000,00. Os juros remuneratórios são de 6% ao ano. Em 30 de setembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$26.091.475,10.
8. Cédula de Crédito Bancário nº 18.2.0221.1 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, datado de 14 de agosto de 2018, no valor de R\$ 50.000.000,00 e com vencimento em 15 de agosto de 2023, com garantia de hipotecária de imóveis de propriedade da BSA Investimentos Ltda., Cerais Sul Indústria e Comércio Ltda., Agropecuária Gado Bravo Ltda e Colpo Agronegócios Ltda. Os juros remuneratórios são de 3,62% ao ano. Em 30 de setembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$53.671.247,61.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

9. Cédula de Produto Rural Financeira nº 2020/3416/008 com o Banco Bradesco S.A., datado de 07 de julho de 2020, no valor de R\$ 5.000.000,00 e com vencimento em 13 de julho de 2021, com garantia de penhor pecuário de animais de propriedade da Companhia. Os juros remuneratórios são de 6,29% ao ano. Em 30 de setembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$5.052,805,55.

10. Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária nº EAI-2020/00105 com o Banco de Brasília S.A., datado de 03 de junho de 2020, no valor de R\$397.957,98 e com vencimento em 15 de junho de 2026, com garantia de penhor dos seguintes bens (i) duas ensacadeiras do modelo Big Bag pesagem direta, com carrinho, no valor de R\$132.600,00; (ii) coletor de amostras de cereais, da marca Saur, modelo CAS 180/5960, no montante de R\$78.000,00; e (iii) equipamentos de aplicação Silomax, no valor de R\$187.357,98, todos a serem adquiridos com o financiamento. Os juros remuneratórios são de 8,25% ao ano. Em 30 de setembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$405.989,63.

11. Cédula Rural Pignoratícia nº ECA-2020/00179 com o Banco de Brasília S.A., datado de 26 de junho de 2020, no valor de R\$5.000.000,00 e com vencimento em 21 de dezembro de 2020, com garantia de penhor cédular de primeiro grau de 98.500 sacas de semente de soja, perfazendo o valor total de R\$6.501.000,00. Os juros remuneratórios são de 6,00% ao ano. Em 30 de setembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$5.073.976,70.

12. Cédula de Crédito Bancário nº 815320/4316/2020 com a Caixa Econômica Federal, datado de 08 de julho de 2020, no valor de R\$14.900.000,00 e com vencimento em 05 de janeiro de 2021, com garantia de cessão fiduciária de aplicação financeira, referente à nota de aplicação nº 20200708250486 do FI Safira RF LP, de titularidade da Companhia, no montante de R\$3.225.000,00. Os juros remuneratórios são de 4,50% ao ano. Em 30 de setembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$14.988.306,48.

13. Cédula de Produto Rural Financeira nº 2020/3416/001 com o Banco Bradesco S.A., datado de 20 de janeiro de 2020, no valor de R\$10.000.000,00 e com vencimento em 19 de janeiro de 2021, com garantia de (i) penhor agrícola de primeiro grau de 142.857 sacos de soja em grãos, de titularidade de Companhia e (ii) penhor pecuário de primeiro grau, de animais de propriedade da Companhia. Os juros remuneratórios são de 6,86% ao ano. Em 30 de setembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$10.452.257,81.

14. Cédula Rural Pignoratícia nº 583-00084300-8 com o Itaú Unibanco S.A., datado de 16 de março de 2020, no valor de R\$12.000.000,00 e com vencimento em 11 de dezembro de 2020, com garantia de penhor mercantil cédular de primeiro grau de 10.108.000 quilos de soja em grãos, totalizando o montante de R\$12.074.006,00. Os juros remuneratórios são de 6,70% ao ano. Em 30 de setembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$12.397.679,58.

15. Nota de Crédito à Exportação nº 3011320 com o Itaú Unibanco S.A., datado de 12 de maio de 2020, no valor de R\$5.500.000,00 e com vencimento em 12 de maio de 2021, sem garantia. Os juros remuneratórios são de 8,17% ao ano. Em 30 de setembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$5.537.600,46.

16. Cédula de Produto Rural Financeira nº 9059245 com o Banco Santander S.A., datado de 21 de fevereiro de 2020, no valor de R\$1.800.000,00 e com vencimento em 16 de dezembro de 2020, com garantia de penhor cédular de primeiro grau de 210.036,00 toneladas de milho em semente, perfazendo um montante de R\$1.800.008,52. Os juros remuneratórios são de 6,75% ao ano. Em 30 de setembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$1.866.519,11.

17. Cédula de Produto Rural Financeira nº 9059279 com o Banco Santander S.A., datado de 21 de fevereiro de 2020, no valor de R\$6.200.000,00 e com vencimento em 16 de dezembro de 2020, com garantia de penhor cédular de primeiro grau de 2.066,67 toneladas de soja em semente, perfazendo um

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

montante de R\$6.200.010,00. Os juros remuneratórios são de 6,75% ao ano. Em 30 de setembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$6.429.121,38.

18. Cédula de Crédito à Exportação nº 210052420 com o Banco Santander S.A., datado de 20 de fevereiro de 2020, no valor de R\$17.000.000,00 e com vencimento em 16 de dezembro de 2020, sem garantia. Os juros remuneratórios são de 6,75% ao ano. Em 30 de setembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$17.641.698,03.

19. Cédula de Crédito Bancário nº 213900300064 com o Banco Santander S.A., datado de 08 de junho de 2020, no valor de R\$15.000.000,00 e com vencimento em 03 de junho de 2021, com garantia de penhor mercantil de primeiro grau de 10.000.000 quilos de soja em grãos, totalizando um montante de R\$15.000.000,00. Os juros remuneratórios são de 7,50% ao ano. Em 30 de setembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$15.286.824,70.

20. Cédula de Crédito Bancário nº 10227886 com o Banco Votorantim S.A., datado de 17 de junho de 2020, no valor de R\$15.000.000,00 e com vencimento em 17 de junho de 2021, com garantia de alienação fiduciária de bens móveis fungíveis. Os juros remuneratórios são de 8,80% ao ano. Em 30 de setembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$15.322.292,47.

21. Cédula de Crédito Bancário nº 38.203.104 com o Banco do Brasil S.A., datado de 19 de maio de 2020, no valor de R\$444.000,00 e vencimento em 01 de junho de 2025, com garantia de alienação fiduciária de bens que totalizam um montante de R\$740.000,00. Os juros remuneratórios são calculados com base na Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais. Até 30 de setembro de 2020, não houve desembolso por parte do Banco do Brasil S.A. do valor referente ao financiamento.

22. Cédula de Crédito Bancário nº 338.203.105 com o Banco do Brasil S.A., datado de 19 de maio de 2020, no valor de R\$432.860,00 e vencimento em 01 de junho de 2025, com garantia de alienação fiduciária de bens que totalizam um montante de R\$721.434,00. Os juros remuneratórios são calculados com base na Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais. Até 30 de setembro de 2020, não houve desembolso por parte do Banco do Brasil S.A. do valor referente ao financiamento.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informam que em 30 de setembro de 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas neste Formulário de Referência e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

Os Diretores da Companhia esclarecem, ainda, que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio da Companhia. Para o futuro, a Companhia poderá estabelecer outras relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei nº 11.101 de 2005: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Para informações sobre a natureza e prazo de vencimento das dívidas da Companhia, ver item 3.8 deste Formulário de Referência.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Os Diretores da Companhia informam que alguns financiamentos possuem restrições impostas à Companhia com relação a alienação de ativos, transferência de controle e emissão de novos valores mobiliários. Além disso, os Diretores esclarecem que (i) não há restrição com relação à distribuição de dividendos e (ii) não há índices financeiros que a Companhia seja obrigada a observar e que estejam previstos em contratos financeiros ou derivativos em vigor na data deste formulário de referência.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava em cumprimento com todas as condições contratuais.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia tinha disponíveis linhas de crédito de financiamento junto ao Banco do Brasil não utilizadas, no montante de R\$876.860,00. A utilização destas linhas de crédito está condicionada ao atendimento de determinadas condições contratuais.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A receita operacional líquida da Companhia é resultante em sua maior parte da venda de sementes de soja, além de existir parcela que é representada por outros segmentos (milho e feijão). Ela é compreendida pela receita bruta com as vendas deduzida de devoluções e impostos (ICMS, PIS e COFINS).

O custo dos produtos vendidos é compreendido por matéria-prima, *royalties* de tecnologia para melhoramento de sementes, frete, pessoal, depreciação e manutenção de equipamentos da indústria de atuação da Companhia e outros custos de produção menos representativos.

Despesas de vendas são compreendidas por comissões sobre a comercialização de sementes, custos de viagens da equipe comercial, bonificações a clientes para divulgação de produtos, despesas de marketing em geral, dentre outras despesas menos representativas.

Despesas administrativas e gerais são compreendidas por pessoal, despesas com informática, segurança, limpeza e conservação de escritórios, dentre outras menos representativas.

Receitas financeiras estão relacionadas a juros recebidos de clientes, rendimentos de aplicações, descontos de antecipação obtidos junto a fornecedores, dentre outros.

Despesas financeiras estão relacionadas a juros sobre empréstimos e financiamentos, a fornecedores e tarifas bancárias, dentre outros.

PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 COMPARADO AO PERÍODO DE NOVE MESES ENCERRADO EM 30 DE SETEMBRO DE 2019

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R\$ milhares, exceto %)	30/09/2020	AV	30/09/2019	AV	AH
Receita operacional líquida	356.296	100%	199.734	100%	78,39%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R\$ milhares, exceto %)	30/09/2020	AV	30/09/2019	AV	AH
Custos dos produtos vendidos	(287.206)	80,61%	(193.172)	(96,71%)	48,68%
Lucro bruto	69.090	19,39%	6.562	3,29%	952,88%
Despesas de vendas	(5.463)	1,53%	(1.961)	0,98%	178,58%
Despesas administrativas e gerais	(4.605)	1,29%	(3.717)	1,86%	23,89%
Provisão para perdas esperadas	(48)	0,01%	(574)	0,28%	(9,16)
Outras receitas operacionais	210	0,06%	376	0,19%	44,15%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquida de impostos	59.184	16,61%	686	0,34%	8.527,41%
Receitas financeiras	1.139	0,32%	374	0,19%	204,55%
Despesas financeiras	(11.381)	3,19%	(8.583)	4,30%	32,60%
Resultado financeiro líquido	(10.242)	2,87%	(8.209)	4,11%	24,77%
Resultado antes dos impostos	48.942	13,74%	(7.523)	3,77%	750,56%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.517)	3,51%	2.273	1,14%	450,68%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.907)	1,38%	(2)	0,00%	245.250,00%
Lucro/(prejuízo) Líquido do período	31.518	8,85%	(5.252)	2,63%	500,11%

Receita operacional líquida

Receita operacional líquida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R\$356.296 mil comparado a R\$199.734 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$156.562 mil ou 78,39%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento, no período de nove meses de 30 de setembro de 2020, do volume vendido do segmento de soja de 45,05% e dos preços negociados que foram maiores em 18,52%, reflexos de melhores negociações com clientes (revendedores e produtores rurais) e aumento do preço da soja (*commodity*).

Com relação ao segmento de soja, a Companhia teve no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 receita operacional líquida de R\$ 352.980 mil versus R\$ 195.052 mil no mesmo período de 2019, aumento de 81%.

Custos dos produtos vendidos

Custo dos produtos vendidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R\$(287.206) mil comparado a R\$(193.172) mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$94.034 mil ou 48,68%. Essa variação é atribuída substancialmente ao aumento da produção e volume de vendas em 2020, o que, como consequência implicou aumento de custo de compra de matéria-prima. O custo dos produtos vendidos representou 80,61% e (96,71)% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Lucro bruto

Lucro bruto no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foi de R\$69.090 mil comparado a R\$6.562 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$62.528 mil ou 952,88%. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos mencionados nos itens de receita operacional líquida e custos dos produtos vendidos. Lucro bruto representou 19,39% e 3,29% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas de vendas

Despesas de vendas no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foi de R\$(5.463) mil comparado a R\$(1.961) mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$3.502 mil ou 178,58%. Esse aumento é atribuído substancialmente ao aumento de R\$ 1.924 mil correspondente a bonificação de venda à clientes (revendedores e produtores rurais), em 2020, com o intuito de oferecer novos produtos para expansão do mercado de atuação. Como percentual da receita operacional líquida as despesas de vendas representaram 1,53% em 2020 e em 2019 foram 0,98%.

Despesas administrativas e gerais

Despesas administrativas e gerais no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foi de R\$(4.605) mil comparado a R\$(3.717) mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$1.888 mil ou 23,89%. Essa variação foi atribuída substancialmente a um aumento nos valores gastos em 2020 em despesas com pessoal (com salários e encargos) no valor de R\$ 1.055 mil. As despesas administrativas e gerais representaram 1,29% e 1,86 % da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Outras receitas operacionais

Outras receitas operacionais no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foram de R\$210 mil comparado a R\$376 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R\$166 mil ou 44,15%. Esta variação é atribuída substancialmente a uma redução, em 2020, no recebimento de produtos enviados por fornecedores de insumos para teste ou na forma de brinde, sem qualquer cobrança, durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020. Outras receitas operacionais representaram 0,06% e 0,19% da receita operacional líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquida de impostos

Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquida de impostos, líquido no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foi de R\$59.184 mil, comparativamente a R\$686 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$58.498 mil ou 8.527,41%. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos que resultaram nas variações de receita operacional líquida e custos de produtos vendidos. Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquida de impostos, representou 16,61% e 0,34% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Receitas financeiras

Receitas financeiras no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foram de R\$1.139 mil comparado a R\$374 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$765 mil ou 204,54%. Este aumento não foi considerado relevante. Receitas financeiras representaram 0,32% e 0,19% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Despesas financeiras

Despesas financeiras no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foram de R\$(11.381) mil comparado a R\$(8.583) mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$2.798 mil ou 32,59%. Este aumento de variação é atribuído substancialmente ao aumento de R\$ 1.237 mil na conta de juros incorridos sobre empréstimos em 2020, montante em função do aumento de contratação de empréstimos no período, destinados a adiantamentos a fornecedores e compra de matéria-prima, em virtude de aumento de produção.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Resultado antes dos impostos***

Resultado antes do imposto no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foi de R\$48.942 mil comparado a R\$(7.523) mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$56.465 mil ou 750,56%. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos mencionados acima. Resultado antes do imposto de renda e contribuição social representou 11,26% e (0,78)% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social Correntes e diferido

Imposto de renda e contribuição social Correntes e diferido no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foi de R\$(17.424) mil comparativamente a R\$2.271 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$(19.695) mil ou 867,24%, o que é atribuído substancialmente ao aumento do resultado do período antes dos impostos.

Lucro (prejuízo) do período

Lucro do período no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foi de R\$31.518 mil comparado a Prejuízo de R\$ (5.252) mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$36.770 mil. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos mencionados acima.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R\$ milhares, exceto %)	2019	AV	2018	AV	AH
Receita operacional líquida	404.392	100%	311.442	100%	29,85%
Custos dos produtos vendidos	(365.015)	90,26%	(288.056)	92,49%	26,72%
Lucro bruto	39.377	9,74%	23.386	7,51%	68,38%
Despesas de vendas	(8.985)	2,22%	(9.274)	2,98%	(3,11%)
Provisão para perdas esperadas	76	0,02%	12	0,00%	533,33%
Despesas administrativas e gerais	(5.236)	1,29%	(4.318)	1,39%	21,26%
Outras receitas operacionais	18.704	4,63%	2.027	0,65%	822,74%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquida de impostos	43.936	10,86%	11.833	3,80%	271,30%
Receitas financeiras	1.612	0,40%	1.718	0,55%	(6,17%)
Despesas financeiras	(12.161)	3,01%	(7.606)	2,44%	59,89%
Resultado financeiro líquido	(10.549)	2,61%	(5.888)	1,89%	79,16%
Resultado antes dos impostos	33.387	8,26%	5.945	1,91%	461,60%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(343)	0,08%	1.235	0,40%	(127,77%)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(6.380)	1,58%	-	0,00%	
Lucro/(prejuízo) Líquido do exercício	26.664	6,59%	7.180	2,31%	271,36%

Receita operacional líquida

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$404.392 mil comparado a R\$311.442 mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R\$92.950 mil ou 29,85%. Este aumento é atribuído substancialmente a incremento, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, de 13,40% no volume vendido no segmento de soja e ao incremento de 11,30% no preço médio de venda reflexos de melhores negociações com clientes (revendedores e produtores rurais) e aumento do preço da soja (*commodity*).

Com relação ao segmento de soja, a Companhia teve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 receita operacional líquida de R\$ 399.455 mil versus R\$ 318.281 mil no mesmo período de 2018, aumento de 30%. As receitas com TSI cresceram 119% no período.

Custos dos produtos vendidos

Custo dos produtos vendidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$(365.015) mil comparado a R\$(288.056) mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R\$76.959 mil ou 26,72%. Essa variação é atribuída substancialmente ao aumento da produção e volume de vendas, o que, como consequência implicou em aumento de custo de compra de matéria-prima em 2019. O custo dos produtos vendidos representou, 90,26% e 92,49% da receita operacional líquida, respectivamente.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$39.377 mil comparado a R\$23.386 mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R\$ 15.991 mil ou 68,38%. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos mencionados nos itens de receita operacional líquida e custos dos produtos vendidos.

Despesas de vendas

Despesas de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$(8.985) mil comparado a R\$(9.274) mil no mesmo período de 2018, o que representou uma redução de R\$ (289) mil ou 3,12%. Esta redução é atribuída substancialmente à redução de R\$ 116 mil na conta de manutenção de veículos da equipe comercial em 2019. As despesas de vendas representaram 2,20% e 2,97% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Despesas administrativas e gerais

Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$(5.236) mil comparado a R\$(4.318) mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R\$918 mil ou 21,26%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento, no valor de R\$ 609 mil, na conta de honorários de consultoria tributária e despesas com pessoal (salários e encargos) em 2019. Despesas administrativas e gerais representaram 1,29% e 1,39% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Outras receitas operacionais

Outras receitas operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$18.704 mil comparado a R\$2.027 mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R\$16.677 mil ou 822,74%. Este aumento é atribuído substancialmente à recuperação de PIS e COFINS não recorrentes no valor de R\$ 15.542 mil em 2019, sem um lançamento correspondente no exercício de 2018. Outras receitas operacionais representaram 4,63% e 0,65% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquida de impostos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquida de impostos, líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$43.936 mil comparado a R\$11.833 mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R\$32.103 mil ou 271,30%. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos de receita operacional líquida e custos de produtos vendidos. Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquida de impostos, representou 10,86% e 3,80% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Receitas financeiras

Receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$1.612 mil comparado a R\$1.718 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma redução de R\$106 mil ou 6,17%. Esta redução é atribuída substancialmente à variação dos derivativos financeiros. Receitas financeiras representaram 0,40% e 0,55% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Despesas financeiras

Despesas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ (12.161) mil comparado a R\$ (7.606) mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R\$ (4.555) mil ou 59,89%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento da conta de juros incorridos sobre empréstimos que totalizou R\$ 2.429 mil em 2019, montante em função do aumento de contratação de empréstimos no período, destinados a adiantamentos a fornecedores e compra de matéria-prima, em virtude de aumento de produção. Despesas financeiras representaram 3,01% e 2,44% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Resultado antes de impostos

Resultado antes de impostos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 33.387 mil comparado a R\$ 5.945 mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R\$27.442 mil ou 461,60%. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos mencionados acima. O resultado antes do imposto de renda e contribuição social representou 8,26% e 1,91% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ (6.723) mil comparado a R\$1.235 mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R\$(7.958) mil ou 644,37%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento do lucro antes dos impostos. Imposto de renda e contribuição social representou 1,66% e 0,40% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Lucro do exercício

Lucro do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$26.664 mil comparativamente a R\$7.180 no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R\$19.484 mil ou 271,36%. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos mencionados acima. Lucro do exercício representou 6,59% e 2,31% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R\$ milhares, exceto %)	2018	AV	2017	AV	AH
Receita operacional líquida	311.442	100%	209.721	100%	48,50%
Custos dos produtos vendidos	(288.056)	92,49%	(196.572)	93,73%	46,54%
Lucro bruto	23.386	7,51%	13.149	6,27%	77,85%
Despesas de vendas	(9.274)	2,98%	(7.686)	3,66%	20,66%
Provisão para perdas esperadas	12	0,00%	(88)	0,04%	113,64%
Despesas administrativas e gerais	(4.318)	1,39%	(10.816)	5,16%	(60,08%)
Outras receitas operacionais	2.027	0,65%	3.588	1,71%	(43,51%)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquida de impostos	11.833	3,80%	(1.853)	0,88%	(738,59)%
Receitas financeiras	1.718	0,55%	768	0,37%	123,70%
Despesas financeiras	(7.606)	2,44%	(1.435)	0,68%	430,03%
Resultado financeiro líquido	(5.888)	1,89%	(667)	0,32%	782,76%
Resultado antes dos impostos	5.945	1,91%	(2.520)	1,20%	(335,91)%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.235	0,40%	847	0,40%	45,81%
Lucro (prejuízo) do exercício	7.180	2,31%	(1.673)	0,80%	529,17%

Receita operacional líquida

Receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$311.442 mil comparado a R\$209.721 mil no mesmo período de 2017, o que representou um aumento de R\$101.721 mil ou 48,50%. Este aumento é atribuído substancialmente ao incremento, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, de 42,53% em volume vendido no segmento de soja e 6,96% no preço médio de venda reflexos de melhores negociações com clientes (revendedores e produtores rurais) e aumento do preço da soja (*commodity*).

Com relação ao segmento de soja, a Companhia teve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 receita operacional líquida de R\$ 308.281 mil versus R\$ 207.283 mil no mesmo período de 2017, aumento de 49%. As receitas com TSI cresceram 50% no período.

Custos dos produtos vendidos

Custo dos produtos vendidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$(288.056) mil comparado a R\$(196.572) mil no mesmo período de 2017, o que representou um aumento de R\$91.484 mil ou 46,54%. Essa variação é atribuída substancialmente ao aumento da produção e volume de vendas, o que, como consequência implicou em aumento de custo de compra de matéria-prima. O custo dos produtos vendidos representou, 92,49% e 93,73% da receita líquida, respectivamente.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$23.386 mil comparado a R\$13.149 mil no mesmo período de 2017, o que representou um aumento de R\$10.237 mil ou 77,85%. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos mencionados nos itens de receita operacional líquida e custos dos produtos vendidos. Lucro bruto representou 7,51% e 6,27% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

Despesas de vendas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$(9.274) mil comparado a R\$(7.686) mil no mesmo período de 2017, o que representaram um aumento de R\$1.588 mil ou 20,66%. Esta variação é atribuída substancialmente ao aumento da conta de viagens, no valor de R\$ 332 mil, R\$ 174 mil por conta de despesas de marketing, R\$ 67 mil por conta de distribuição de amostras a clientes, R\$ 1.954 mil de despesas com pessoal (salários e encargos). Despesas de vendas representou 2,98% e 3,66% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

Despesas administrativas e gerais

Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$(4.318) mil comparada a R\$(10.816) mil no mesmo período de 2017, o que representou uma diminuição de R\$6.498 mil ou (60,08)%. Esta diminuição é atribuída substancialmente a diminuição de despesas com pessoal (encargos e salários) e menores custos com auditores independentes em 2018 em comparação com 2017. Despesas gerais e administrativas representaram 1,39% e 5,16% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

Outras receitas operacionais

Outras receitas operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$2.027 mil comparado a R\$3.588 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma redução de R\$(1.561) mil. Esta variação é atribuída substancialmente a uma redução no recebimento de produtos enviados por fornecedores de insumos para teste ou na forma de brinde, sem qualquer cobrança, durante 2018, quando comparado a 2017. Outras receitas operacionais representaram 0,65% e 1,71% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquida de impostos

Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquida de impostos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$11.833 mil comparado a R\$(1.853) mil no mesmo período de 2017, o que representou um aumento de R\$13.686 mil ou 738,59%. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos de receita operacional líquida e custos de produtos vendidos. Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquida de impostos representou 3,80% e 0,88% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

Receitas financeiras

Receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$1.718 mil comparado a R\$768 mil no mesmo período de 2017, o que representou um aumento de R\$950 mil ou 123,70%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento da conta variação cambial ativa no valor de R\$ 1.145 mil em 2018. Receitas financeiras representaram 0,55% e 0,37% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

Despesas financeiras

Despesas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$(7.606) mil comparativamente a R\$(1.435) mil no mesmo período de 2017, o que representou um aumento de R\$(6.171) mil ou 430,03%. Este aumento é atribuído substancialmente a conta juros pagos sobre empréstimos em 2018. Despesas financeiras representou 2,44% e 0,68% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

Resultado antes dos impostos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$5.945 mil comparado a R\$ (2.520) mil no mesmo período de 2017, o que representou um aumento de R\$8.465 mil ou 335,91%. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos mencionados acima. Resultado antes do imposto de renda e contribuição social representou 1,91% e (1,20%) da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferido

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$1.235 mil comparado a R\$ 847 mil no mesmo período de 2017, o que representou um aumento de R\$ 388 mil ou 45,81%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento do resultado antes de impostos e à subvenção do ICMS Produzir. Imposto de renda e contribuição social representou 0,40% e 0,40% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

Lucro (prejuízo) do exercício

Lucro do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$7.180 mil comparado a R\$(1.673) mil no mesmo período de 2017, o que representou um aumento de R\$8.853 mil ou 529,17%. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos mencionados acima. Lucro (prejuízo) do exercício representou 2,31% e (0,80)% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

ATIVO (em R\$ milhares, exceto %)	30/09/2020	AV	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	31/12/2017	AV	30/09/2020 x 2019	2019x 2018	2018 x 2017
Circulante	358.763	81,72%	122.751	60,28%	66.668	51,65%	41.313	65,63%	192,27%	84,12%	61,37%
Caixa e equivalentes de caixa	91.827	20,92%	21.030	10,33%	9.425	7,30%	517	0,82%	336,65%	123,13%	1723,02%
Contas a receber	44.835	10,21%	58.293	28,63%	37.546	29,09%	18.164	28,86%	-23,09%	55,26%	106,71%
Estoques	140.740	32,06%	8.085	3,97%	12.181	9,44%	19.695	31,29%	1640,75%	-33,63%	-38,15%
Instrumentos financeiros derivativos	22.362	5,09%	792	0,39%	720	0,56%	616	0,98%	2723,48%	10,00%	16,88%
Adiantamentos a fornecedores	40.797	9,29%	15.008	7,37%	3.663	2,84%	106	0,17%	171,84%	309,72%	3355,66%
Impostos a recuperar	17.489	3,98%	18.859	9,26%	2.115	1,64%	2.154	3,42%	-7,26%	791,68%	-1,81%
Outros créditos	713	0,16%	684	0,34%	1.018	0,79%	61	0,10%	4,24%	-32,81%	1568,85%
Não Circulante	80.238	18,28%	80.887	39,72%	62.396	48,35%	21.631	34,37%	-0,80%	29,63%	188,46%
Outros créditos	1.053	0,24%	1.363	0,67%	1.723	1,33%	-	0,00%	-22,74%	-20,89%	0,00%
Contrato entre partes relacionadas	-	0,00%	27.080	13,30%	25.691	19,91%	3.107	4,94%	100,00%	5,41%	726,87%
Impostos a recuperar	17.460	3,98%	7.894	3,88%	953	0,74%	-	0,00%	121,18%	728,33%	0,00%
Ativo fiscal diferido	-	0,00%	2.245	0,00%	2.618	2,03%	1.383	2,20%	100,00%	-99,91%	89,30%
Imobilizado	61.461	14,00%	42.281	20,76%	31.378	24,31%	17.116	27,19%	45,36%	34,75%	83,33%
Intangível	264	0,06%	24	0,01%	33	0,03%	25	0,04%	1000,00%	-27,27%	32,00%
Total do Ativo	439.001	100,00%	203.638	100,00%	129.064	100,00%	62.944	100,00%	115,58%	57,78%	105,05%

PASSIVO (em R\$ milhares, exceto %)	30/09/2020	AV	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	31/12/2017	AV	30/09/2020 x 2019	2019x 2018	2018 x 2017
Circulante	309.719	70,55%	102.139	50,16%	50.489	39,12%	51.954	82,54%	203,23%	102,30%	-2,82%
Fornecedores e outras	62.780	14,30%	22.338	10,97%	16.138	12,50%	21.404	34,00%	181,05%	38,42%	-24,60%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

contas a pagar											
Financiamento s e empréstimos	156.670	35,69%	50.329	24,71%	18.191	14,09%	10.575	16,80%	211,29%	176,67%	72,02%
Instrumentos financeiros derivativos	2.752	0,63%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Obrigações sociais e trabalhistas	2.186	0,50%	411	0,20%	421	0,33%	419	0,67%	431,87%	-2,38%	0,48%
Impostos de renda e contribuição social	4.819	1,10%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Obrigações tributárias	3.900	0,89%	365	0,18%	669	0,52%	4.649	7,39%	968,49%	-45,44%	-85,61%
Subvenção governamenta l	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	72	0,11%	0,00%	0,00%	-100,00%
Adiantamento de clientes	76.612	17,45%	28.696	14,09%	15.070	11,68%	14.835	23,57%	166,98%	90,42%	1,58%
Passivo não circulante	56.759	12,93%	60.494	29,71%	64.234	49,77%	5.363	8,52%	-6,17%	-5,82%	1097,73 %
Financiamento s e empréstimos	46.486	10,59%	60.494	29,71%	63.317	49,06%	2.315	3,68%	-23,16%	-4,46%	2635,08%
Obrigações tributárias	-	0,00%	-	0,00%	917	0,71%	455	0,72%	0,00%	-100,00%	101,54%
Subvenção governamenta l	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	2.593	4,12%	0,00%	0,00%	-100,00%
Passivo fiscal diferido	10.273	2,34%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Patrimônio Líquido	72.523	16,52%	41.005	20,14%	14.341	11,11%	5.627	8,94%	76,86%	185,93 %	154,86%
Capital social	8.834	2,01%	8.834	4,34%	8.834	6,84%	7.300	11,60%	0,00%	0,00%	21,01%
Reservas de incentivos fiscais	17.197	3,92%	12.001	5,89%	5.507	4,27%	-	0,00%	43,30%	117,92%	100,00%
Lucros (prejuízos) acumulados	46.492	10,59%	20.170	9,90%	-	0,00%	-1.673	-2,66%	130,50%	100,00%	0,00%
Total do passivo e patrimônio líquido	439.001	100,00 %	203.638	100,00 %	129.064	100,00 %	62.944	100,00 %	115,58%	57,78%	105,05%

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 30 de setembro DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019***Ativo circulante***

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 30 de setembro de 2020, o ativo circulante era de R\$358.763 mil, em comparação com R\$122.751 mil em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de R\$ 236.012 mil. Esta variação é atribuída substancialmente ao aumento (i) da conta de estoques, no valor de R\$ 132.655 mil, decorrente do aumento de produção em 2020, (ii) da conta caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 70.797 mil, sendo que o aumento de referido conta foi decorrente do aumento das receitas e resultante de captações no período, incluindo uma captação junto ao Banco do Brasil no valor de R\$ 43.128 mil.

Ativo não circulante

Em 30 de setembro de 2020, o ativo não circulante era de R\$80.238 mil, em comparação com R\$80.887 mil em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma redução de R\$ (649) mil. Esta redução é atribuída substancialmente à conta de mútuo com partes relacionadas, em razão da quitação de referido mútuo em 2020.

Passivo circulante

Em 30 de setembro de 2020, o passivo circulante era de R\$309.719 mil, em comparação com R\$102.139 mil em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de R\$ 207.580 mil. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento, em 2020, (i) da conta financiamentos e empréstimos no valor de R\$ 106.341 mil, em razão de captações destinados a aquisição de matéria prima e antecipação a fornecedores, em 2019, (ii) da conta de adiantamento de clientes no valor de R\$ 47.916 mil, em razão da celebração de contratos de venda ainda não entregues.

Passivo não circulante

Em 30 de setembro de 2020, o passivo não circulante era de R\$56.759mil, em comparação com R\$60.494 mil em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma redução de R\$ (3.735) mil. Esta redução é atribuída substancialmente a redução da conta financiamentos e empréstimos no valor de R\$ 14.008 mil, em 2020, a qual saíram do não circulante para o circulante.

Patrimônio líquido

Em 30 de setembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$72.523 mil, em comparação com R\$41.005 mil em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma variação de R\$ 31.518 mil. Esta variação é atribuída substancialmente ao aumento da conta de lucro do período que foi para R\$ 31.518 mil em 30 de setembro de 2020.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R\$ 122.751 mil, em comparação com R\$ 66.668 mil em 31 de dezembro de 2018, o que representou um aumento de R\$56.083 mil. Esta variação é atribuída substancialmente ao aumento (i) da conta contas a receber no valor de R\$ 20.747 mil em razão do aumento das vendas em 2019, (ii) da conta de impostos a recuperar com R\$ 16.744 mil sendo R\$ 23.862 referente a PIS e COFINS, (iii) da conta de caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 11.605, sendo R\$ 10.800 referente uma aplicação no Santander.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R\$ 80.887 mil, em comparação com R\$ 62.396 mil em 31 de dezembro de 2018. O que representou um aumento de R\$ 18.491 mil. Esta variação é

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

atribuída substancialmente ao aumento (i) da conta de imobilizado no valor de R\$ 10.903 mil, sendo R\$ 7.394 mil referente a adiantamento para aquisição da UBS de Buritis/MG e armazéns para esta unidade, e (ii) da conta de impostos a recuperar no valor de R\$ 6.941 mil referente a créditos de PIS e COFINS não realizáveis nos próximos 12 meses.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R\$102.139 mil, em comparação com R\$50.489 mil em 31 de dezembro de 2018. O que representou um aumento de R\$51.650 mil. Esta variação é atribuída substancialmente ao aumento da (i) conta de financiamentos e empréstimos no valor de R\$ 32.138 mil, em 2019, para aquisição de matéria-prima para maior volume de produção demandado e (ii) conta adiantamento de clientes no valor de R\$ 13.626 mil, em função de aumento de volume de sementes negociadas, e conta de fornecedores no valor de R\$ 6.200 mil, decorrente do adiantamento de valores devidos a fornecedores com taxas de desconto sobre valor total devido, em 2019.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R\$60.494 mil, em comparação com R\$64.234 mil em 31 de dezembro de 2018. O que representou uma variação de R\$ (3.740) mil. Esta variação é atribuída substancialmente a redução da conta financiamentos e empréstimos no valor de R\$ 2.823 mil, em razão da operação de capital de giro junto ao BNDES e linhas de crédito FCO Rural Investimento Agropecuário ao Banco do Brasil, as quais saíram do não circulante para o circulante em 2019.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R\$41.005 mil, em comparação com 14.341 mil em 31 de dezembro de 2018. Esta variação, de 26.664 mil, deu-se pelo lucro obtido no período.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante era de R\$ 66.668 mil, em comparação com R\$ 41.313 mil em 31 de dezembro de 2017. O que representou um aumento de R\$25.355 mil, decorrente do aumento (i) no contas a receber no valor de R\$ 19.382 mil em razão do aumento de vendas em 2018 e (ii) em conta caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 8.908 mil em razão de captação realizada junto ao BNDES, em 2018.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo não circulante era de R\$62.396 mil, em comparação com R\$21.631 mil em 31 de dezembro de 2017. O que apresentou um aumento de R\$40.765 mil, decorrente de contratos de mútuo celebrados com partes relacionadas, em 2018, no valor de R\$ 22.584 mil, dos quais (i) R\$ 14.804 mil foi referente a mútuo celebrado com Marino Stefani Colpo e (ii) R\$ 7.780 mil foi referente a mútuo celebrado com Camila Stefani Colpo. Além disso, houve um aumento na conta de imobilizado no valor de R\$ 14.262 mil, sendo R\$ 16.234 mil referente a edificações na UBS de Cabeceiras – GO, em 2018. Também houve variação de R\$ 1.235 mil no ativo fiscal diferido.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante era de R\$50.489 mil, em comparação com R\$51.954 mil em 31 de dezembro de 2017, apresentando redução de R\$ (1.465) mil. Esta variação foi decorrente do

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

pagamento a fornecedores no valor de R\$ 5.266 mil e obrigações tributárias no valor de R\$ 3.980 mil. Além disso, a Companhia teve um incremento de captações no período de R\$ 7.616 mil que também contribuiu para os pagamentos mencionados.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo não circulante era de R\$64.234 mil, em comparação com R\$5.363 mil em 31 de dezembro de 2017, apresentando um aumento de R\$ 58.871 mil. Esta variação foi decorrente da contratação de empréstimos bancários, junto ao BNDES no valor de R\$ 50.000 mil e incremento da linha de crédito FCO Rural Investimento Agropecuário junto ao Banco do Brasil no valor de R\$ 8.871 mil.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido era de R\$14.341 mil, em comparação com R\$5.627 mil em 31 de dezembro de 2017, apresentando um aumento de R\$8.714 mil. Esta variação deu-se em decorrência do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$7.180 mil, e do aporte de capital pelos sócios da Companhia no valor de R\$1.534 mil, em 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**FLUXO DE CAIXA**

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

(em R\$ mil)	30/09/2020	30/09/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Caixa líquido gerado (utilizado nas atividades operacionais)	-31.194	-17.658	368	-19.357	-14.546
Caixa líquido (utilizado nas atividades de investimento)	-15.128	-4.091	-12.539	-14.777	-12.787
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	117.119	48.164	23.776	43.042	27.042
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	70.797	26.415	11.605	8.908	-291

PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 COMPARADO AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2019***Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais)***

O caixa líquido utilizado nas atividades operacionais totalizou R\$ 31.194 mil para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$ 17.658 mil para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. Este aumento de R\$ 13.536 mil, ou 76,66%, é justificado por variações nas contas ativos e passivos operacionais de R\$ 50.306, variações relevantes ocorridas principalmente nas contas de estoques (em virtude de aumento de volume de produção) e adiantamento a fornecedores, com objetivo de garantir matéria-prima e também melhores condições de preço, por conta de necessidade de aumento de produção no período.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$15.128 mil para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$4.091 mil para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. Este aumento de R\$ 11.037 mil, ou 269,79%, é justificada por investimento para incremento de capacidade na UBS de Cabeceiras – GO, para câmaras frias e máquinas de beneficiamento.

Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento totalizou R\$117,119 mil para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$48.164 mil para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. Este aumento de R\$ 68.955 mil, ou 143,17%, é justificado por pela captação de R\$ 62.190 mil em empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras e R\$ 27.080 mil recebidos de acionistas referentes a liquidação de mútuo, subtraindo o pagamento de R\$ R\$ 25.323 mil de empréstimos e financiamentos contraídos junto as instituições financeiras.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018***Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais***

O fluxo de caixa das atividades operacionais totalizou R\$ 368 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a (R\$19.357) mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$19.725 mil, ou 101,90%, é justificado pela variação nos ativos e passivos operacionais de R\$ 14.322 mil, além de variação relevantes ocorridas principalmente nas contas de impostos a recuperar (PIS e COFINS sobre insumo da atividade) e adiantamento a fornecedores, com objetivo de garantir matéria-prima e também melhores condições de preço, por conta de necessidade de aumento de produção no período.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$12.539 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$14.777 mil utilizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esta redução de R\$ 2.238 mil, ou 15,15%, é justificada por menor investimento no aumento da capacidade fabril, localizada unidade de Cabeceiras – GO e Buritis - MG.

Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento

O caixa líquido proveniente das atividades de totalizou R\$23.776 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$43.042 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esta redução de R\$ 19.266 mil, ou 44,76%, é justificada pelo pagamento de R\$ 42.034 mil líquido de pagamentos e captações de empréstimos contraídos em 2018 junto a instituições financeiras e R\$ 24.302 mil recebidos de acionistas referentes a liquidação contratos de mútuo e R\$ 1.534 mil referente ao aporte de capital.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017***Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais***

O caixa líquido utilizado nas atividades operacionais totalizou (R\$19.357) mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a (R\$ 14.546) mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Este aumento de (R\$ 4.811) mil, ou 33,07%, é justificado pela variação nos ativos e passivos operacionais negativo de R\$ 10.858, variações relevantes ocorridas principalmente nas contas de estoques (em virtude de aumento de volume de produção) e adiantamento a fornecedores, com objetivo de garantir matéria-prima e também melhores condições de preço, por conta de necessidade de aumento de produção no período.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$ 14.777 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$12.787 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Este aumento de R\$ 1.990 mil, ou 15,56%, é justificada por investimento para incremento de capacidade na UBS de Cabeceiras – GO, para câmaras frias e máquinas de beneficiamento.

Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 43.042 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$27.042 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Este aumento de R\$ 16.000 mil, ou 59,17%, é justificado pelo aporte de capital de R\$ 613 mil e entrada referente captação de empréstimos e financiamentos de R\$ 77.061 mil. Compensado pelo pagamento de R\$ 22.086 mil de empréstimos contraídos junto a instituições financeiras e R\$ 38.362 mil adiantados para acionistas.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**(a) Resultados das operações do emissor****(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Nossa receita é originada, substancialmente, da venda de produção de sementes de soja, sementes de soja tratada e soja em grão, uma parcela bem menor de nossa receita é originada da venda de sementes de feijão e sementes de milho. Influenciam nossa receita os valores de instrumento financeiro contabilizado na conta de receitas financeiras, bem como a receita decorrente da venda de sementes matriz aos produtores integrados.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

O principal impacto foi oriundo do nosso aumento de produção e de venda, em comparação a 2019. Nos nove primeiros meses de 2020 produzimos 2,5 milhões de sacos de sementes de soja de 40kg, frente a 1,9 milhões de sacos produzidos no mesmo período de 2019, representando um aumento de volume de 31,57%.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nosso principal produto de venda que é a semente de soja que é correlacionada ao preço da soja em grão. A soja em grão é um produto cotado em dólar com cotação e variação de preços internacionais. Nos nove primeiros meses de 2020 tivemos um aumento no preço de soja de 11,30% em relação ao mesmo período de 2019, este aumento foi um fator relevante no aumento da nossa receita.

O aumento de 11,30% no preço da soja, combinado ao aumento de 31,57% no volume de produção, fez com que nosso faturamento aumentasse substancialmente, nos nove primeiros meses de 2020 faturamos R\$ 356,29 milhões uma alta de 78,38% em relação ao mesmo período de 2019 na qual faturamos R\$ 199,73 milhões.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Nos nove primeiros meses de 2020 nossos custos administrativos aumentaram 23,89% em relação ao mesmo período do ano passado, indo de R\$ 3,71 milhões em 2019 para R\$ 4,60 milhões em 2020. Parte deste aumento se deve as variações do índice de inflação que impactaram nossos custos no período. Como discutido anteriormente o principal insumo para a produção de sementes de soja é a própria soja, commodities negociada internacionalmente com cotação em dólar. Os demais custos como mão de obra, eletricidade, combustíveis e operação, são mais influenciados pelo IGPM.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**(a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, tampouco no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve, durante o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, ou durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, quaisquer eventos de constituição, aquisição ou alienação de participação societária

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, ou durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Nos últimos três exercícios sociais e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, a Companhia não identificou nenhum impacto significativo em suas práticas contábeis.

O CPC 47/IFRS 15, CPC 48/IFRS 9, ICPC 22/IFRIC 23 e CPC 06(R2)/IFRS 16 não impactaram significativamente as práticas contábeis da Companhia.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável considerando que nos últimos três exercícios sociais e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 não houve efeitos significativos nas práticas contábeis.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 2019, 2018 e 2017 foi emitido sem ressalvas. O relatório de revisão do auditor independente referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 também foi emitido sem ressalvas e sem ênfase. No entanto, considerando a alteração das práticas contábeis descritas no item “a” acima, as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram emitidas com a ênfase abaixo:

“Ênfase – Reemissão das demonstrações financeiras

Chamamos a atenção à nota explicativa no 2 às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que foram alteradas e estão sendo reemitidas para refletir os pronunciamentos contábeis CPC 41 / IAS 33 – Resultado por ação e CPC 22 / IFRS 8 – Informação por segmento em função do pedido de registro da Companhia como emissor de valores mobiliários descrito na referida nota explicativa. Em 15 de maio de 2020, emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações financeiras da Boa Safra Sementes S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que ora estão sendo reemitidas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.”

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (“Internacional Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “Internacional Accounting Standards Board - IASB”.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As principais práticas contábeis, descritas a seguir, foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão para perdas esperadas de crédito do contas a receber

O risco de crédito de contas a receber advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática, com o intuito de avaliar a perda por redução ao valor recuperável no contas a receber os seguintes procedimentos:

- a) Análise da experiência histórica de perdas com clientes e segmento;
- b) Cálculo do percentual histórico de perda da carteira;
- c) Análise das faturas vencidas por cliente por meio do *aging list*.

Determinação do valor realizável líquido

A determinação do valor realizável líquido é mensurada pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os estoques de produtos comercializáveis, milho, soja em grão, feijão e semente de soja são valorizados pelo seu valor justo com base em preços de mercado (“Mark to Market”) menos os custos para a venda. Os preços de referência são públicos e são obtidos junto a CBOT – Chicago Board Trading.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados

O reconhecimento de ativos fiscais diferido, decorre de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social, deve ser reconhecido, total ou parcialmente, desde que a entidade tenha histórico de lucratividade, acompanhado da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que permita a realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de dez anos, ou o limite máximo de compensação permitido pela legislação, o que for menor.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura venda e compra de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

(iv) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia realizou investimentos totalizando R\$ 22,6 milhões. Deste valor (i) R\$ 5,3 milhões foram destinados à ampliação da capacidade das câmaras frias na UBS de Cabeceiras, (ii) R\$ 9,1 milhões foram destinados à aquisição de maquinário para ampliar as linhas de beneficiamento de sementes na UBS de Cabeceiras, (iii) R\$ 5,13 milhões foram destinados à implantação de uma usina de energia fotovoltaica na UBS de Cabeceiras, em fase de construção e com previsão de conclusão no final de 2020, (iv) R\$ 2,5 milhões foram destinados à aquisição de duas balanças rodoviárias, além de melhorias na estrutura logística nas UBS de Cabeceiras e Buritis por meio da instalação de alambrado, adequação do sistema de hidrantes e combate a incêndios, (v) R\$ 388 mil foram destinados à construção de quatro salas de análise e aquisição de equipamentos para o laboratório de análises, (vi) R\$ 136 mil foram destinados ao construção de salas para realização do tratamento de sementes na UBS de Cabeceiras.

Nos próximos anos, a Companhia pretende expandir os seus negócios aumentando sua capacidade produtiva da UBS de Cabeceiras para 2.000 mil sacas de 40 kg por safra, ampliando as linhas de beneficiamento com a aquisição de novos maquinários, aumentando seu portfólio com novas variedades de sementes e tipos de tratamento e beneficiamento industrial, bem como expandindo sua área de atuação intensificando sua presença nas regiões onde já atua e atuando em novas regiões. Além do crescimento orgânico, a Companhia pretende realizar aquisições estratégicas e oportunísticas visando a sua expansão.

Além disso, a Companhia adquiriu em setembro de 2020, no valor de R\$ 700 mil, um terreno a na cidade de Jaborandi, na Bahia para construção de uma nova UBS. Atualmente, está sendo realizada terraplanagem e limpeza do terreno para início da construção, cuja conclusão está prevista para o final de 2021.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos realizados pela Companhia são financiados por meio de geração do próprio caixa operacional e financiamentos.

Além disso, a Companhia utilizar parte dos recursos decorrentes da oferta pública inicial de ações da Companhia para financiar aquisições estratégicas e oportunísticas.

A companhia informa que os valores devidos no âmbito do contrato de arrendamento mercantil, quando celebrado, serão provenientes de recursos próprios ou de terceiros e não serão provenientes da Oferta Pública Inicial de Ações da Companhia.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Conforme descrito o item "a" acima, a Companhia adquiriu em setembro de 2020 um terreno a na cidade de Jaborandi na Bahia para construção de uma nova UBS. A previsão é que a UBS tenha capacidade produtiva de 500 mil sacas de 40 kg por safra.

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia que ainda não tenham sido divulgadas neste item.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

(c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outras informações relevantes com relação a este item 10.